

MPPE em foco.



ANO VII – Nº 28
Recife, janeiro / fevereiro / março de 2016

O inimigo número 1



Gilberto Giacoia fala no Recife sobre MP vocacional. Pág. 6

Foto: Marcos César

- >> Sonho da sede única começa a ganhar força com doação de um terreno pelo Governo
- >> Arquivo Público e MPPE: parceria para troca de documentos históricos digitalizados
- >> Ação do Caop Fundações fortalece o projeto institucional "Corrupção. Tem jeito"
- >> MPPE ouve cidadãos de Fernando de Noronha sobre dificuldades existentes na ilha

**CORRUPÇÃO.
TEM JEITO.**

Sabe o dinheirinho pra não levar multa? É corrupção.

A furadinha da fila, o agrado pro servidor público, tudo isso abriu caminho pra corrupção se tornar um enorme problema e tirar o dinheiro público da saúde, da educação e da segurança. Chega de jeitinho. Pra corrupção, tem jeito, com o Ministério Público de Pernambuco e cidadãos unidos para combatê-la em todas as suas formas.

Para denunciar, entre em contato:
www.mppe.mp.br/ouvidoria - fone: (81) 3182.6776
Rua do Imperador, 473, Santo Antônio, Recife - PE
Nas outras cidades, procure a Promotoria de Justiça local.

MP PE
Ministério Público de Pernambuco
DE TODOS E PARA TODOS

sumário

MPPE EM FOCO
Publicação trimestral em versão digital
Janeiro | Fevereiro | Março 2016

Pacto dos Municípios

Seis das 64 prefeituras pernambucanas que aderiram ao Pacto dos Municípios pela Segurança Pública recebem selo de certificação do MPPE nas categorias ouro, prata e bronze. **5**

Acesso à informação

Qualquer cidadão que quiser obter informações acerca da tramitação de atos expedidos pelo MPPE já pode fazê-lo acessando o site www.mppe.mp.br. **9**

Sonho da sede única

O Governo do Estado doou ao MPPE um terreno de 15 mil m², da extinta CTU, em Santo Amaro. É o primeiro passo rumo à concretização do sonho da sede única. **10**

Combate à corrupção

Em dezembro, a Semana do MPPE focou suas atividades em um tema tão atual quanto recorrente: o combate à corrupção. Programação do evento foi concorrida. **10**

Audiência pública na ilha

MPPE promove audiência pública em Fernando de Noronha para ouvir as demandas dos ilhéus. Os problemas sociais e ambientais apresentados foram muitos. **24**

Patrimônio em risco

Elevada à condição de Patrimônio da Humanidade, a Igreja do Bonfim corre risco se não tiver suas estruturas restauradas. O MPPE já fez recomendações à Arquidiocese. **26**

Documentos históricos

Arquivo Público e Ministério Público de Pernambuco firmaram parceria para troca de documentos históricos digitalizados, que sejam de interesse das duas instituições. **30**

Dez anos da Ouvidoria

A Ouvidoria do MPPE completa dez anos de bons serviços prestados à sociedade. E os resultados têm sido tão positivos que a demanda cresceu 133% em 2015. **32**



Edson Guerra leva Caop Fundações a fortalecer projeto anticorrupção. 17



Promotor Mavial de Souza de olho nas festas com dinheiro público. 18

Fotos: Cátia Fonseca

Ganha força um antigo sonho

Uma luta antiga que começa a ganhar corpo. Desde que eu tomei posse como procurador-geral de Justiça, há pouco mais de um ano, tinha em mente tornar palpável o desejo de cada procurador e promotor de Justiça: a construção da sede única. Um local de trabalho onde todos, membros e servidores, possam atuar mais próximos, tornando mais práticos e ágeis os contatos entre as pessoas. Sem a necessidade de deslocamentos de um prédio a outro como se dá hoje, nem dos custos que vêm com a dispersão, além da falta de celeridade nos processos, o que prejudica o cidadão, nosso principal motivo de existência e o deixa sempre em dúvidas sobre qual local a se dirigir na hora de buscar nossa ajuda.

O dia de realizarmos juntos nosso sonho ficou mais próximo. Um passo importante foi dado. O governador Paulo Câmara encaminhou à Assembleia Legislativa de Pernambuco o projeto de lei que autoriza a doação de amplo terreno, em Santo Amaro, onde funcionou a garagem dos ônibus da extinta Companhia de Transportes Urbanos (CTU). Quando aprovada, a doação se formalizará mediante termo ou contrato de doação, do qual constarão as condições e obrigações pactuadas, entre elas a que fixa em até quatro anos após a assinatura do termo de doação o início das obras de construção da sede única.

Vencidos os trâmites burocráticos, cabe a nós tocarmos o projeto arquitetônico para que as obras obedeçam à risca os cronogramas estabelecidos e se deem no menor tempo possível. Enfim, teremos um terreno de aproximadamente 15.000m² para construirmos, igualmente juntos, o edifício que unificará o MPPE, que nos trará mais conforto e mais eficácia em nossas ações pela sociedade pernambucana.

A todos, uma boa leitura!

Carlos Guerra de Holanda

Procurador-Geral de Justiça

Expediente

Ministério Público de Pernambuco – Procurador-geral de Justiça Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda | Subprocurador-geral em Assuntos Institucionais Fernando Barros de Lima | Subprocuradora-geral em Assuntos Administrativos Lais Coelho Teixeira Cavalcanti | Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos Clênio Valença Avelino de Andrade | Corregedor-geral Renato da Silva Filho | Corregedor-geral substituto Paulo Roberto Lapenda Figueiredo | Ouvidor-geral Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti | Secretário-geral Aguinaldo Fenelon de Barros | Secretário-geral adjunto Valdir Francisco de Oliveira | Chefe de gabinete José Bispo de Melo | Assessor Ministerial de Comunicação Social Jaques Cerqueira | Jornalistas Alana Moreira, Bruno Bastos, Giselly Veras, Isa Maria, Izabella Cavalcanti e Miguel Rios | Publicidade Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado | Relações Públicas Evângela Andrade | Estagiários Geise Araújo, Igor Souza e Vinicius Melo (Jornalismo) Maria Eduarda Rocha (Publicidade) | Apoio Administrativo Cátia Fonseca, Bruna Vieira e Marli Cruz | Fotógrafo Thiago Aquino | Apoio Marcos César | REVISTA MPPE - Edição Jaques Cerqueira | Projeto Gráfico Leonardo MR Dourado | Diagramação Aluísio Ricardo | Produção Executiva Evângela Andrade | Fotos Assessoria MPPE.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antonio, Recife, PE – CEP: 50.010-240 – Fones: (81) 3303.1259 / 1270 / 1279 – Fonefax: (81) 3303.1260 – imprensa@mppe.mp.br – www.mppe.mp.br – www.twitter.com/mppe_noticias



Foto: Cátia Fonseca

Paulo Augusto, Carlos Guerra e Aguinaldo Fenelon ao lado dos representantes das prefeituras certificadas pelo projeto

Projeto que deu certo

Durante muito tempo, os gestores municipais sempre argumentaram que segurança pública é atribuição do Governo do Estado. Com esse discurso, procuravam ficar isentos dessa responsabilidade social. Mas, há cerca de dois anos, um projeto de indução de políticas públicas, de iniciativa do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), mudou esse paradigma.

A partir daí, os prefeitos pernambucanos passaram a enxergar e compreender melhor tal realidade. Como segurança pública também é responsabilidade dos municípios, 64 prefeitos aderiram de forma espontânea ao projeto “Pacto dos municípios pela segurança pública”, que foi premiado em dezembro passado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília.

Em sua fase de certificação, o projeto já fez a entrega de seis selos nas categorias ouro, prata e bronze, como reconhecimento ao esforço dos gestores públicos em cumprir as metas estabelecidas no Pacto. A Prefeitura de Triunfo saiu na frente e recebeu o selo ouro por ter adotado a maioria das ações elencadas pelo MPPE. Na categoria prata, receberam selos de certificação as prefeituras de Jaboatão dos Guararapes, Bezerros e Caruaru, enquanto a categoria bronze premiou as prefeituras de Cachoeirinha e de Petrolândia. As medidas de prevenção da violência urbana estabelecidas pelo projeto vão desde o cadastramento de

bares e restaurantes, até a estruturação da guarda municipal, passando pela instalação de câmeras de monitoramento, melhoria da iluminação pública e retirada de barras do entorno das escolas.

Idealizadores do projeto, o secretário-geral do MPPE, promotor de Justiça Aguinaldo Fenelon, e o promotor de Justiça Paulo Augusto Oliveira, destacaram a importância da iniciativa. “Esse Pacto começou em 2013, quando o MPPE iniciou a construção da Gestão Estratégica 2013/2016. Sessenta e quatro municípios aderiram aos dez eixos do projeto e nós fomos a todos esses municípios, destacando que o poder municipal tem papel importante na redução da criminalidade”, ressaltou Paulo Augusto. Por sua vez, Fenelon afirmou que “o Pacto dos Municípios traz dez medidas simples, que chamam à responsabilidade os prefeitos para a questão da segurança pública. E a população desses municípios já se sente mais segura”.

A Prefeitura de Triunfo saiu na frente e recebeu o selo ouro por ter adotado a maioria das ações elencadas pelo MPPE. Jaboatão dos Guararapes, Bezerros e Caruaru ficaram com a prata, enquanto o bronze foi para Cachoeirinha e Petrolândia.

“Há um longo caminho a percorrer”

Paranaense de Ribeirão Claro, o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, Gilberto Giacoia, veio ao Recife proferir palestra dentro da programação da semana do MPPE. Na ocasião, falou sobre a importância do Ministério Público vocacional e conversou com nossa revista sobre corrupção. O palestrante possui graduação em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, doutorado em Direito pela USP e pós-doutorados pelas Universidade de Coimbra e Universidade de Barcelona. Confira a entrevista:

Fotos: Ascom / MPPE

O senhor acredita que a corrupção na sociedade brasileira tem como ser retirada da cultura social?

Trata-se de um processo lento, quando cuidamos de uma transformação cultural herdada da história de nossa formação social, desde o início caracterizada pela concentração do poder e da riqueza, a exemplo da divisão deste imenso país continental em capitânias hereditárias e de sua distribuição ditada pela influência dos títulos nobiliárquicos. Mas, evoluímos. Ao menos neste último quartel de século, parece que estamos aprendendo a distinguir o conceito de república, que parte da clara separação ou percepção entre res publica e res privata. E isso abre uma esperança, por contarmos com uma nova ordem jurídica, de conteúdo muito mais social que formal, contemplando instituições democráticas que estão funcionando bem, com independência e autonomia. Enfim, há ainda um longo caminho a percorrer, mas acreditamos sim, se continuarmos com coragem cívica combatendo as tentativas de retrocessos, conseguiremos legar à nossa descendência um Brasil muito mais transparente e justo.

No atual cenário, onde as investigações revelam esquemas de corrupção com várias ramificações, em que políticos, empreiteiros e até banqueiros foram presos, há como se ter esperança de um futuro com mais lisura?

Sem dúvida, como já pontuado, há um novo modelo em gestação, que vem per-

meado de práticas mais abertas, fiscalizadas de perto pela sociedade. A voz das ruas garantirá, ao que parece, a consolidação desses avanços. Não creio que a sociedade irá aceitar calada o retorno ao status quo dos privilégios e favorecimentos, de um Direito Penal que não prossiga alcançando, como era antes, a criminalidade dourada.

Os deslizamentos cotidianos praticados pelo cidadão, revelam que a população é corrupta por causa dos políticos ou os políticos são corruptos por serem fruto da sociedade?

De fato, há várias teorias, como, por exemplo, a dos fractais, que vem da química e que tem aplicação analógica às ciências sociais, partindo do suposto (princípio da invariância de escala ou autossimilaridade) que o comportamento do topo da pirâmide social, em parte, reproduz o que se pratica em sua base ou se dá de acordo com os valores nesta prevalentes. Elementos e funções que se encontram na semente, acabam também aparecendo no tronco, nos ramos, nas folhas e nos frutos da árvore respectiva. Enfim, sugerem que se deve mudar o todo e construir, desse modo, uma sociedade, em seu conjunto e coerência contextual,

mais justa, mais generosa, mais igual, que opte claramente pela ética e probidade no trato dos valores que compõem o trânsito das relações coletivas, praticante de princípios que elevem o grau civilizatório em que se encontra.

Há algum exemplo que o senhor considere como aplicável ao Brasil para que o mal da corrupção seja contido ou temos que buscar a nossa fórmula?

A operação Mãos Limpas na Itália é um bom exemplo inicial de tentativa do sistema de justiça voltar-se, com resultados concretos, contra a corrupção de modo a

“O que se espera é que Mensalão, Lava Jato e outros símbolos de transformação cultural tomem, definitivamente, rumo ascendente em direção ao Brasil dos nossos sonhos”

constituir uma contrarrede de fluxo inverso ao da influência do crime organizado na Administração Pública e na Política em geral. Inicial porque a reação dos estamentos atingidos que se seguiu, valendo-se dos conhecidos mecanismos de uma legislação tutelar, que veio em socorro da classe política envolvida, acabou com o entusiasmo e a esperança de mudanças reais na tal cultura da corrupção. O que se espera é que o modelo brasileiro siga caminho diverso e que Mensalão, Lava Jato e outros símbolos de transformação cultural tome, definitivamente, rumo ascendente em direção ao Brasil dos nossos sonhos.



Fotos: Ascom / MPPR

Gilberto Giacoia no Recife: A Operação Mãos Limpas, na Itália, é um bom exemplo de tentativa do sistema de Justiça voltar-se contra a corrupção

Qual é a importância de mecanismos como a transparência dos governos e a responsabilidade de instituições, como o Ministério Público, para esse processo?

É fundamental. A ordem jurídica, hoje, impõe esse regime de transparência na gestão pública e creio ser isso irreversível. Quanto ao Ministério Público, não há outra instituição de Estado a que se delega, constitucionalmente, de forma tão eloquente, a defesa do Estado Democrático de Direito. Sua base – ordem jurídica e regime democrático – está sob tutela direta do Ministério Público, instituição que deve orbitar dentre os poderes do Estado, compondo trincheira de luta ao avanço nas conquistas sociais, inseparável à existência desse moderno programa de Estado. Daí sua importância pétrea às conquistas que, paulatinamente, se vem obtendo nesse campo da moralidade e da probidade administrativa.

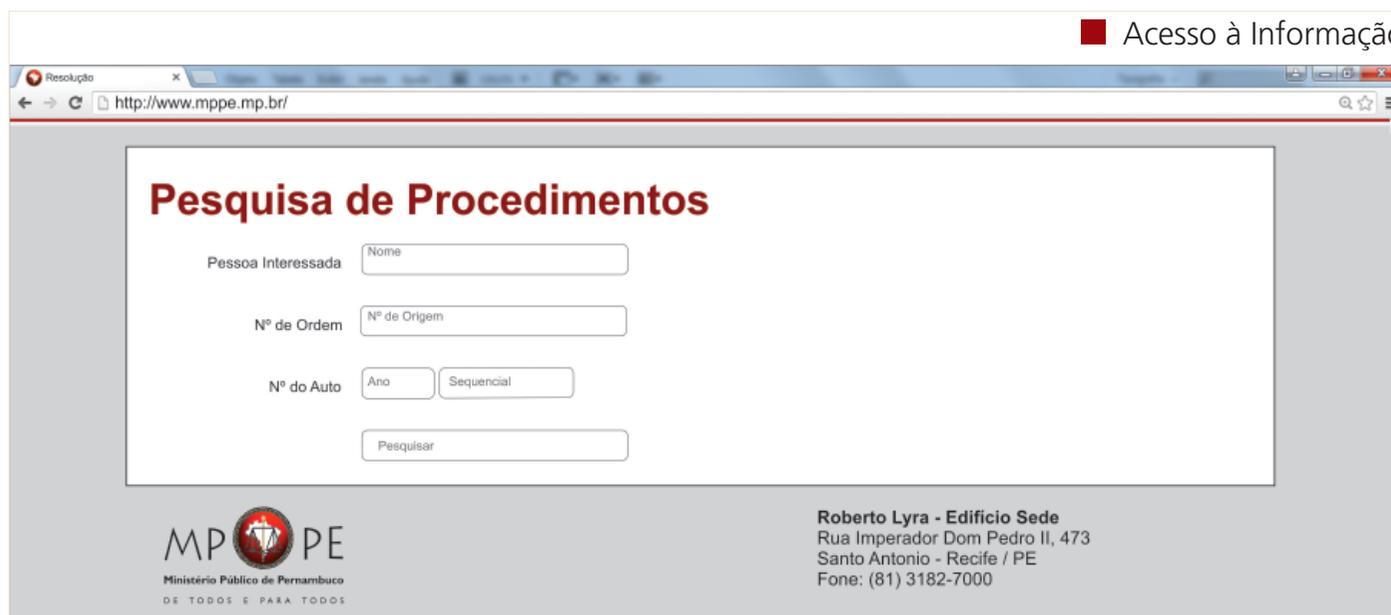
Há fôlego suficiente nas instituições fiscalizadoras para suprir a grande demanda?

Claro que a estrutura não é a ideal, mas sim a possível. No entanto, é da natureza dos quadros dessas instituições a permanente superação dessas dificuldades e obstáculos, fazendo prevalecer sua vocação social, seu, digamos assim, DNA. Contudo, quanto mais se fizer essa opção e, assim, se investir orçamentariamente nesse avanço estrutural, melhores resultados serão colhidos pela sociedade do futuro.

Que conselho o senhor daria aos promotores de Justiça que acabam de ingressar na carreira?

Que busquem evitar dois extremos: O da falta de vocação, próprio de uma geração concursada (compreensível, pois a competição nesse meio tem sido quase cruel), preocupada mais com a ascendência a um posto atrativo na república e que lhe dê o conforto de uma boa remuneração, sem compromisso institucional de vestir, com a beca, a alma do promotor e da promotora de justiça, verdadeiramente impregnada do incessante desejo de ver instalada de vez, no seu país, como está prometido na

Carta Cidadã, uma sociedade livre, justa e solidária; e o do excesso de vocação, que faz com que se distancie da prática da humildade, arrogando-se ao monopólio da verdade e da virtude, dirigindo um atuar soberbo e perdendo a grande oportunidade, que constitui seu dever funcional, de, como agente político de transformação social, assumir o papel de ponte de ouro entre a sociedade e os governos, reduzindo tensões e sendo o grande responsável por, de fato, fazer acontecer as mudanças, inclusive nos nossos corações. Em outras palavras, aproximar as verdades pregadas na Montanha da Bem Aventurança à sua atuação institucional, de modo a combater o bom combate, o que significa expulsar os vendilhões do templo, denunciar a hipocrisia política, fazer opção preferencial pelo atendimento à população mais vulnerável que, ignorada e sofrida, continua povoando as ruas das cidades, mais ainda, inocente, padece, pela falta de verbas perdidas na vala da corrupção, a ingrata sorte do mesmo destino a reclamar não uma instituição de Estado igual para todos, mas com coração e coragem para fazer a diferença.



Ferramenta facilita consulta direta de informações via internet

MPPE mais transparente

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) continua investindo no processo de aproximação com a sociedade. A mais recente iniciativa nesse sentido foi a implantação da ferramenta Consulta de Procedimentos, que está acessível no menu Cidadão > Consulta de Procedimentos, do site www.mppe.mp.br.

A ferramenta possibilita ao internauta a consulta direta de informações sobre a tramitação de atos expedidos pela Instituição, a exemplo de termos de ajustamento de conduta ou recomendações. Para fazer a pesquisa, o cidadão basta informar o nome da pessoa interessada, o número do auto, que é o registro de um procedimento originado no MPPE, ou o número de origem, caso o documento tenha sido encaminhado por outra instituição. A partir de um desses itens, já é possível realizar, com um clique, a busca no banco de dados de procedimentos extrajudiciais.

A alimentação desses procedimentos no banco de dados é feita a partir de um sistema interno do Ministério Público, o Arquimedes, respeitando os dados sigilosos. De acordo com a Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação (CMTI), a ferramenta permite que essa base de dados seja acessada por um usuário que não faça parte da Instituição, sem a exigência de login ou senha, contribuindo para dar mais transparência e eficiência na atuação do MPPE.

A iniciativa ainda está alinhada com a determinação do Conselho Nacional do

Ministério Público (CNMP), por meio da Resolução nº 89 do CNMP, que regulamenta no âmbito do Ministério Público Brasileiro a aplicação da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação. A citada Resolução estabelece que o Ministério Público deve assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

O documento do CNMP também objetiva instituir regras e procedimentos uniformes nos diversos ramos do Ministério Público da União e nos Ministérios Públicos estaduais para a fiel execução da Lei de Acesso à Informação, que é de vital importância para a concretização do direito constitucional de acesso à informação, pelo qual deve zelar o Ministério Público, no cumprimento de seu dever em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A alimentação desses procedimentos no banco de dados é feita a partir de um sistema interno do Ministério Público, o Arquimedes, respeitando os dados sigilosos.



Vista aérea do terreno
que hoje serve de
estacionamento
de veículos

O primeiro passo foi dado

A construção da sede única do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), uma antiga aspiração de procuradores e promotores de Justiça, terá início em mais alguns anos. Pelo menos uma das questões que impediam a realização desse sonho foi resolvida com a doação de um terreno, pelo governador Paulo Câmara.

Na tarde da terça-feira (8 de março), o governador Paulo Câmara encaminhou à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) projeto de lei autorizando o Governo do Estado a doar ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) o imóvel integrante de seu patrimônio, situado em Santo Amaro, onde funcionou a garagem dos ônibus da extinta Companhia de Transportes Urbanos (CTU). Uma área estratégica de 15.000m², que está localizada na esquina da Avenida Mário Melo com a Rua 13 de Maio, em Santo Amaro, com potencial para construção de até 30.000m², sem contar com a área de estacionamento. “Nossa Instituição está dando o primeiro passo rumo à concretização de uma antiga aspiração dos procuradores e promotores de Justiça, bem como dos servidores ministeriais: a

construção de nossa sede única”, observou o procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, que desde o início de sua gestão, em janeiro do ano passado, vinha trabalhando nesse sentido.

A construção da sede única vai resolver um problema de logística, uma vez que na Capital o MPPE funciona em onze endereços e em diferentes bairros. Essa descentralização exige da Instituição um serviço de transporte coletivo interno para suprir a necessidade de deslocamentos diários de servidores entre as sedes no Recife. O custo financeiro dessa dispersão é alto e a integração necessária entre os seus integrantes também fica prejudicada, influenciando na celeridade dos processos. Além disso, a população encontra dificuldade em identificar o local de atendimento do MPPE na

Capital.

De acordo com o projeto de lei, a referida doação se formalizará mediante termo ou contrato de doação, do qual constarão as condições e obrigações pactuadas, entre elas a que fixa em até quatro anos, após a assinatura do termo de doação, o início das obras de construção da sede única. Além disso, caberá ao Ministério Público providenciar a regularização do registro imobiliário, sem quaisquer ônus para o Estado.

Com relação ao projeto da sede única, ele está na fase inicial. Já foi elaborado o cronograma da fase de projeto até a licitação da obra. Estão planejados os seguintes serviços para esta primeira etapa: Programa de Necessidades de Arquitetura; Sondagem do terreno; Levantamento to-



Foto: Cátia Fonseca

Carlos Guerra: uma luta iniciada em janeiro do ano passado conquista primeiro resultado

pográfico; Levantamento de Dados para Arquitetura; Pesquisas e visitas técnicas em outras sedes de Ministérios do Brasil; Licitação para Contratação de Memorial de Impacto; Licitação para o Projeto e Planejamento da Demolição das Construções existentes; Licitação para o Projeto e Planejamento da Demolição das Construções existentes; Licitação para Elaboração do PGRCC (Resíduos); Licitação para Topografia e Sondagem; e Licitação dos Projetos de Estrutura com a consultoria Prévia.

Todas estas etapas e as demais subseqüentes estarão disponíveis no Plano de Projeto, inclusive com a data prevista de realização de cada atividade. As principais entregas do projeto são: Projeto Legal de Arquitetura: Com esse projeto iremos dar entrada na prefeitura; Projeto Legal de Arquitetura (com

esse projeto será dada entrada na Prefeitura do Recife); Projeto Básico de Arquitetura (quando poderão ser licitados os projetos complementares de estrutura, instalações elétricas, SPDA e climatização); e Licitação dos Projetos Complementares (etapa onde serão elaborados os Termos de Referência para viabilizar a licitação de todos os projetos complementares necessários).

Das 27 unidades federativas do Brasil (26 estados e o Distrito Federal), o Ministério Público estadual funciona em sede única em 14 capitais e Distrito Federal. Os demais Mps desenvolvem seus trabalhos em diferentes endereços nas respectivas capitais. Com a doação do terreno pelo Governo estadual, o Ministério Público de Pernambuco entrará daqui a alguns anos nesse seleto grupo das sedes únicas.



Foto: Cátia Fonseca

Prédios do MPPE na Rua do Imperador como contrapartida

Contrapartida à doação

Como contrapartida à doação do terreno da Rua Treze de Maio, o MPPE doará ao Governo do Estado o imóvel situado à Rua do Imperador Dom Pedro II, 473, Santo Antônio, onde funciona hoje a sede da Procuradoria Geral de Justiça. Além disso, devolverá os seguintes imóveis estaduais afetados por força de decreto ou cessão a seguir relacionados: Anexo II, sediado à Rua do Imperador Dom Pedro II, 483, Santo Antônio; pavimentos 1º, 2º e 3º do Anexo I, localizados à Rua do Imperador Dom Pedro II, 463, Santo Antônio; pavimentos 4º, 5º, 6º, 7º (parcial) e 8º (parcial) situados na Rua do Sol, 143, Santo Antônio; e outros dezessete imóveis cedidos pelo Decreto nº 33.951/2009 localizados nos municípios de Afogados da Ingazeira, Agrestina, Aliança, Arcoverde, Bodoquê, Bonito, Caruaru, Correntes, Flores, Igarassu, Itapetim, Lajedo, Olinda, Santa Maria da Boa Vista, Sertânia, Tacaratu e Taquaritinga do Norte.



Foto: Cátia Fonseca

Sob as vistas do procurador-regional da República, Antonio Edílio, Carlos Guerra entrega ao procurador da República Luiz Vicente Queiroz as assinaturas colhidas pelo MPPE

Foco no combate à corrupção

Há séculos, a corrupção tem abatido as instituições brasileiras e a vida dos cidadãos. Um mal que começa desde pequenas irregularidades cotidianas, como estacionar em local proibido e sfurar filas, até o desvio de milhões de reais em verbas públicas que serviriam para o bem coletivo. De olho nesta chaga social, a Semana do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) focou nas diversas formas de combate à corrupção com atividades desenvolvidas de 9 a 18 de dezembro de 2015.

Da programação constaram palestras, seminários, lançamento de projeto institucional e premiação dos seis municípios que cumpriram as metas previstas no projeto Pacto dos Municípios pela Segurança: Triunfo, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Bezerros, Petrolândia e Cachoeirinha.

A programação começou com a coleta de assinaturas para a campanha 10 Medidas contra a Corrupção, idealizada pelo Ministério Público Federal (MPF). Os locais de abordagem foram a Estação Central do Metrô, no Recife, e nas sedes de Promotorias de Justiça no interior de Pernambuco.

A campanha 10 Medidas contra a Corrupção foi uma iniciativa nacional do MPF com propostas de mudanças na legislação para melhorar a prevenção, o combate e a punição à corrupção, com o número de 1,5 milhão de assinaturas coletadas em todo o país para que as propostas cheguem ao Congresso Nacional por meio de um projeto de lei de iniciativa popular.

O MPPE também lançou o projeto *Corrupção. Tem jeito*. Ele aborda de forma direta o famoso jeitinho brasileiro como viés

cultural da corrupção e mobilizou a população como agente de controle social, buscando criar o costume de deter a corrupção em todos os níveis.

Membros, servidores e estagiários do MPPE ainda participaram do Seminário de Atualização em Direito Penal e Direito Processual Penal, com palestras dos promotores de Justiça Dalva Cabral, Fabiano Saraiva e Francisco Dirceu.

O promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Emerson Garcia, foi convidado a palestrar sobre o tema O Ministério Público e o combate à corrupção: Influxos do *neoconstitucionalismo*. Ele abordou a sociedade contemporânea como essencialmente refratária a certos padrões de conduta, como os atos de corrupção. "O dono de uma empreiteira, cujo faturamento é de R\$ 140 bilhões, está preso. Portanto, estamos caminhando, apesar das dificuldades da democracia, em razão do nosso baixo nível de instrução. Temos essa esfera de responsabilidade".

Garcia também chamou a atenção para a responsabilidade política no mundo con-

temporâneo que "é um grande problema, porque quando pensamos em responsabilidade política pensamos na função dialética representada no Legislativo e no Executivo. Só que as sociedades superaram essa dialética. Hoje, temos a questão do bloco de governo e do bloco de oposição. Muitas vezes o bloco que está no governo domina o Executivo e o Legislativo. Isso é o normal, principalmente nas instâncias locais".

O palestrante ainda frisou que "nos estados da Federação, o bloco do governador domina a Assembleia Legislativa e isso inviabiliza a responsabilização política dele. Esse é um problema mundial. Então, quando o bloco do governo absorve a Assembleia, a Câmara dos Deputados e o Senado, o governante fica livre para fazer o que melhor lhe aprouver". Segundo Garcia, "o grande risco do impeachment hoje não é porque o Legislativo está fiscalizando o Executivo. É porque a base de governo se dissolveu. E quando isso acontece na base de oposição, cresce o risco de responsabilização. Este é um problema das democracias contemporâneas".

O procurador-geral de Justiça do Minis-



Emerson Garcia chamou atenção para a responsabilidade política no mundo contemporâneo

tério Público do Paraná, Gilberto Giacoia, foi outro convidado. Ele proferiu a palestra sobre o tema *Ministério Público Vocacional*. Depois de descontrair a plateia com alguns casos engraçados, o paranaense entrou direto no tema e disse que “a ideia é buscarmos equilíbrio diante da falta de vocação, que, às vezes, acometem os jovens promotores, que se veem absorvidos por um processo cruel de competição dos concursos públicos”.

O palestrante destacou a importância do papel dos promotores de Justiça, como “pontes de ouro entre a sociedade civil e os governos”, salientando que a instituição do Ministério Público precisa ter essa característica. Em seguida, falou do Ministério Público vocacional, exatamente como aquele entregue ao seu mais legítimo destino constitucional. “Isso significa o promotor fazer a opção preferencial de atendimento à população mais vulnerável, aquela que está mais afastada dos benefícios produzidos pela sociedade. Significa recuperar ativos retirados do erário e desviados para a sarjeta da corrupção, os desmandos administrativos, para que seja possível a implementação de políticas públicas inclusivas e, consequentemente,

te, um Ministério Público com coração e coragem para fazer a diferença”, pontuou.

Ele frisou, ainda, que “o Ministério Público vocacional se caracteriza por uma atuação cada vez mais crítica diante das grandes inquietações que emolduram a crise do sistema legal vigente e que se volta contra uma romântica imagem do Direito, que se calcificou só nos círculos acadêmicos como fim de si mesmo, distante porém do cidadão para o qual ele é dirigido”.

Na avaliação do palestrante paranaense, a vocação desse Ministério Público é protagonizar um papel decisivo na transformação desse caldo cultural que vem desde o descobrimento com uma lógica da concentração de poder e de riqueza, dividindo esse país continental em capitânias hereditárias, distribuindo e permanentemente conservando a manutenção do status quo e dos privilégios de sempre”. Afirmou ainda que “esse trabalho vai permitir que a gente possa caminhar além da nossa geografia política e econômica, que faz brotar fora dos oásis dos privilégios e do status quo as desigualdades e a exclusão”.

No entender do palestrante, “nós, mem-

bros do Ministério Público, devemos nos entusiasmar com esse atuar que poderá, enfim, fazer frente às nossas enfermidades sociais, trabalhar com alquimias que possam corrigir essas distorções para a saúde do tecido social brasileiro”. Ao final da palestra, a Orquestra Criança Cidadã, da comunidade do Coque, executou três números musicais sob aplausos do público.

Gilberto Giacoia destacou a importância do papel dos promotores de Justiça, como “pontes de ouro entre a sociedade civil e os governos”



Foto: Cátia Fonseca

Durante ato no Metrô do Recife, Carlos Guerra colhe assinatura de cidadão em apoio ao projeto do MPF

O ano da luta anticorrupção

“O ladrão que furta para comer, não vai nem leva ao inferno; os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são outros ladrões, de maior calibre e de mais alta esfera. (...) os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. - Os outros ladrões roubam um homem: estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco: estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados: estes furtam e enforcam”.

Texto: Giselly Veras

Este é um trecho do Sermão do Bom Ladrão, dado pelo padre Antônio Vieira, no século XVII, quando corajosamente expôs a corrupção praticada pelos administradores do Brasil, já naquela época. O texto mostra que a corrupção no Brasil é antiga e que, possivelmente, nasceu junto com o novo País, desde a sua descoberta. O argumento de que é antiga, portanto cultural, não justifica sua prática. Tanto é que, se desde o início da colonização existe a corrupção, desde então também há pessoas preocupadas em combatê-la. A corrupção é responsável no Brasil por desvios de recursos públicos da ordem de R\$ 120 bilhões, ao ano.

Assim sendo, a prática continua, mas o seu combate tem ganhado força e novos aliados a cada dia, a exemplo do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e do Ministério Público Federal (MPF).

Os escândalos de corrupção revelados pela Polícia Federal ao longo do ano passado, entre eles os que envolvem a Petrobras, trouxe à tona uma realidade nacional que desagradou aos brasileiros. Como efeito disso, vários movimentos contra a corrupção eclodiram em diversos pontos do País.

O MPPE e o MPF deram os pontapés iniciais em duas campanhas que buscam envolver a população: Corrupção. Tem jeito. (MPPE) e Dez Medidas Contra a Corrupção (MPF). A primeira pretende mostrar à sociedade que várias ações praticadas no dia a dia, de forma até automática, constituem atos de corrupção. Como, por exemplo, a furada de fila. Liderada pelo procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, a ideia é promover uma mudança de hábito. “A impunidade é um dos maiores fatores da criminalidade, precisamos mostrar que

há punição também para os corruptos. Estamos tirando o país do fundo do poço”, disse, destacando que é preciso desconstruir os pequenos atos corriqueiros e identificá-los como forma de corrupção.

“Devemos entrar nas escolas e mostrar às crianças que até aquela fila para tentar passar na prova é algo que não vai levá-las a canto nenhum”, sentenciou. Carlos Guerra argumenta que o “jeitinho brasileiro”, que vai da “furadinha da fila” ao “agrado pro agente público”, deve ser visto como viés cultural da corrupção.

Apesar de atingir a corrupção no seu início, a campanha do MPPE traz também ações práticas, que vão desde a recuperação de crédito para o Estado, até a intervenção na Prefeitura de Gravatá (Agrete Central) e o afastamento do prefeito de Belém de Maria (Mata Sul), além do des-



Foto: Cátia Fonseca

Interventor Mário Cavalcanti recebe o subprocurador-geral de Justiça Clênio Valença (à esquerda) e promotores de Gravatá na sede da Prefeitura

mantelamento da quadrilha que agia nesse município.

Só em uma única ocasião, quando ofereceu denúncia à Justiça contra 14 grandes empresas no Estado, o MPPE conseguiu recuperar mais de R\$ 997 milhões, em evasão fiscal. Na mesma época, e em um único dia, o MPPE recebeu um total de 400 comunicações fiscais para fins penais, totalizando outros R\$ 500 milhões.

Outra ação prática do MPPE nesse sentido foi a criação da Comissão de Patrimônio Público, que reúne diversos promotores de Justiça com atuação na área, a fim de dinamizar os efeitos das ações do Ministério Público no combate à improbidade administrativa. Os promotores de Justiça que compõem essa Comissão, juntamente com os promotores que atuam nos municípios, foram responsáveis pelas ações em Gravatá

e Belém de Maria.

O afastamento do prefeito de Gravatá, Bruno Martiniano, e a intervenção estadual no município foram solicitados pelo procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, à Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), depois que a Procuradoria Geral de Justiça concordou com os termos da representação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), solicitando a intervenção estadual no município, em razão das graves irregularidades administrativas detectadas na atuação do chefe do Executivo Municipal.

Entre as irregularidades apontadas pelos conselheiros do TCE estão: dispensa indevida de licitação relativa à coleta de lixo e aterro sanitário; superfaturamento no contrato firmado para a coleta de lixo; sucateamento da previdência dos servidores do

Palestra em Seminário

O procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça de Sonegação Fiscal (Caop Sonegação Fiscal), José Lopes Filho, foi um dos palestrantes do Seminário Internacional Corrupção e Estado de Direito, realizado dia 24 de fevereiro, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). O representante do MPPE discorreu sobre o tema Técnicas de Investigação no Combate à Corrupção.

Diante de uma plateia composta por advogados, procuradores e promotores de Justiça, juristas e outros operadores do Direito de diferentes países, como Peru, Uruguai, Moçambique, Guiné Bissau, Portugal, José Lopes destacou a experiência do MPPE em apurar e responsabilizar os agentes dos crimes tributários no Estado, assim como sobre o esforço conjunto de órgãos públicos na busca pelas provas.

“A corrupção aumenta com a negligência das instituições. Só é possível combatê-la se houver uma troca constante de informações entre os órgãos para que, ao serem cruzadas, possamos detectar os indícios das fraudes, sonegações e desvios de dinheiro. Assim, temos condições de encontrar provas ou, ao menos, boas pistas das irregularidades”, comentou.





Foto: Marcos César

Presidente da Câmara Municipal de Belém de Maria, vereador José Jairo de Brito, detido pela Polícia Civil

município, com o não repasse das parcelas descontadas dos vencimentos dos servidores; e gasto excessivo com pagamento de pessoal, em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já em Belém de Maria, a atuação do MPPE resultou no afastamento do prefeito, Valdeci José da Silva, e de mais seis servidores do município, bem como sete pessoas presas, durante a Operação Pulverização. A ação foi resultado de aproximadamente um ano e seis meses de investigações realizadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPPE, que é coordenado pelo procurador de Justiça Ricardo Lapenda.

Ao final dos trabalhos, os promotores de Justiça constataram a existência de uma organização criminosa atuando no município, sob o comando do prefeito, para desviar ilícitamente recursos públicos, mediante dispensas indevidas de licitações e licitações fraudulentas, com a participação e contratação de empresas fantasmas, sem a correspondente prestação dos serviços contratados. Essas irregularidades geraram um prejuízo de aproximadamente R\$ 3 milhões aos cofres públicos do município.

O esquema consistia na contratação das empresas Júlio César dos Santos Eirelli, pertencente a Júlio Ferreira dos Santos; CC Feitosa da Silva Filho – Águia Dourada produções, Eventos e Serviços, pertencente a Clécio Carlos Feitosa da Silva Filho; JG Ferreira Pintura e Serviços, pertencente a José Ginaldo Ferreira; ME Gomes Artes e Serviços Eirelli, pertencente a Manoel Elivaldo Gomes da Silva; Edvaldo F. Dos Santos EPP, pertencente a Edvaldo Ferreira dos Santos,

por meio de dispensas de licitação indevidas, além de participação irregular de licitações públicas para, assim, servir de canal ao esquema de desvio de recurso público.

As cinco empresas foram beneficiadas até o momento da investigação com 369 empenhos, por meio da dispensa de licitação, tendo como ordenador de despesas o ex-secretário de Finanças de Belém de Maria, Benevilson Laurêncio. Todos os donos das empresas, o ex-secretário de Finanças e o gerente de operações do Banco do Brasil em Chã Grande, Fernando Nazareno Santos de Arruda, foram presos na primeira e segunda etapa da Operação Pulverização.

Já a campanha liderada pelo MPF e apoiada pelo MPPE, 10 Medidas Contra a Corrupção, passou da meta de 1,6 milhão de assinaturas para embasar um projeto de lei de iniciativa popular que será encaminhado ao Congresso Nacional visando à aprovação de medidas mais eficazes de prevenção e punição da corrupção. Está quase em 1,7 milhão. Desse número, Pernambuco é o 20º mais atuante, responsável por 37.816 assinaturas, dessas mais de 7 mil partiram da atuação do MPPE, que promoveu ações na Estação Central do Metrô, disponibilizou formulários nas sedes das Promotorias de Justiça e realizou eventos em vários municípios.

Entre as medidas previstas estão a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos, a responsabilização dos partidos e criminalização do 'Caixa 2' e a prisão preventiva para assegurar a devolução do dinheiro desviado.

Coordenador do Gaeco, Ricardo Lapenda, acompanhou a Operação Pulverização em Belém de Maria, que resultou na prisão de sete suspeitos e no afastamento do prefeito de Belém de Maria, Valdeci da Silva

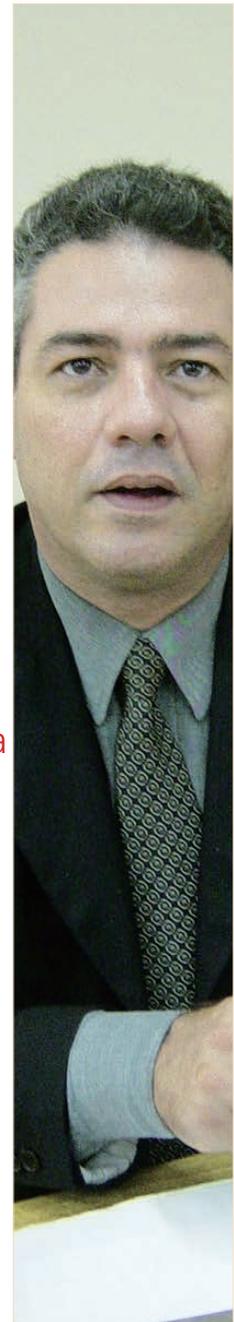


Foto: Marcos César



Coordenador do Caop Fundações, Edson Guerra dá sua contribuição ao projeto Corrupção. Tem jeito.

Caop Fundações fortalece projeto

O projeto “Corrupção. Tem jeito”, do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), ganhou um aliado de peso. O Centro de Apoio às Promotorias de Justiça de Tutela de Fundações e Entidades de Assistência Social (Caop Fundações), coordenado pelo promotor de Justiça Edson José Guerra, encaminhou aos promotores de Justiça que atuam nesse setor uma série de propostas de ação para o enfrentamento à corrupção e ao enriquecimento ilícito no terceiro setor. A iniciativa tem por objetivo estimular os promotores a implementarem essas ações direcionadas à efetivação do projeto, sem, contudo, interferir nos princípios do promotor natural, com seu livre convencimento, autonomia e independência funcionais.

De acordo com Edson Guerra, “algumas dessas ações constituem rotina de trabalho das promotorias especializadas, mas outras não. O importante é continuar fazendo e demonstrar para a sociedade e as instituições nossa luta e o compromisso em protegê-las desse mal tão danoso, responsável por tanta miséria e morte em nosso país”. Entre as ações propostas está a adesão ao projeto “Controle à Vista”, como forma de induzir e exigir do poder público municipal a implantação da Controladoria Geral Municipal, em conformidade com a resolução nº 001/2009, do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O coordenador do Caop Fundações também propõe que se exija do poder público municipal o cumprimento dos artigos 9º e 10º da Lei 13019/2014, no sentido de

manter atualizado em sítio oficial na internet, os valores aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o terceiro setor e a relação por ordem alfabética das parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil, para realização de atividades de interesse social. Outra ação proposta é que se vele pela transparência à movimentação financeira das contas bancárias de entes públicos ou entidades privadas de interesse social, utilizadas para gestão de recursos públicos, acompanhando e avaliando os saques em espécie.

Segundo Edson Guerra, “apesar dos esforços institucionais, a vocação e o empenho dos promotores de Justiça no combate à corrupção, os usurpadores do dinheiro público continuam praticando fraudes, atos de improbidade administrativa, subor-

nando funcionários e superfaturando obras e serviços, em prejuízo de uma sociedade carente de serviços públicos essenciais de qualidade”. Daí entender que “nós, promotores de Justiça, temos a incumbência e o dever jurídico de eleger como prioritárias as atividades institucionais planejadas e projetadas para combater a corrupção e reduzir os impactos negativos causados por esse mal social produzido contra as instituições e a sociedade”.

Outra ação sugerida pelo Caop Fundações consiste em verificar junto aos cartórios de registro de títulos e documentos a regularidade dos atos constitutivos de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, a fim de evitar registros falsos ou objetos estatutários sociais genéricos.



Foto: Cátia Fonseca

Coordenador do Caop Patrimônio Público, Mavial Souza está de olho nas prefeituras inadimplentes que insistem em promover festa com dinheiro público

Uma mistura sem vez

A secular receita “pão e circo”, seguida à risca por grande número de gestores públicos, está ficando mais difícil de ser servida aos eleitores nesses tempos de dinheiro curto. Mesmo inadimplentes com a folha de pessoal e pagamento de fornecedores, algumas prefeituras insistem na velha prática de gastar recursos públicos com eventos festivos.

Enquanto isso, os postos de saúde deixam a população ao deus-dará, justamente por falta de verbas, e nas escolas municipais a situação é de abandono. Mas, na visão de muitos gestores municipais, a comemoração do carnaval não pode deixar o folião frustrado.

Atento à questão, o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (Caop Patrimônio Público), Mavial Souza, encaminhou ofício aos promotores de Justiça de todo o Estado para que observem a situação dos municípios onde atuam. O objetivo é alertar os prefeitos dos municípios que se encontram inadimplentes com o pagamento de folhas salariais de servidores municipais, além dos comissionados e temporários, e, em paralelo, estão se preparando para a realizar gastos com o Carnaval, inclusive festas e shows.

Esses gestores serão advertidos para a violação aos princípios da administração pública, especialmente aos princípios da eficiência e moralidade administrativas. No município de Lagoa do Carro (Zona da

Mata Norte), por exemplo, o MPPE conseguiu liminar da Justiça suspendendo os festejos que a prefeitura local havia programado entre os dias 19 e 21 de janeiro. Além disso, o município está proibido de realizar e participar, direta ou indiretamente, de qualquer evento festivo enquanto não regularizar o pagamento de todos os credores. Ação civil pública nesse sentido foi ajuizada pelo promotor de Justiça Marcelo Tebet Halfeld.

Já os promotores de Justiça Aline Laranjeira (município de Tracunhaém), Aurinilton Leão (Tabira), Filipe Wesley Pinheiro da Silva (Ibimirim), Patrícia Ramalho (Goiana) e Antônio Rolemberg (Brejo do Madre de Deus e Jataúba) recomendaram aos respectivos prefeitos que não utilizem recursos do município para a realização do carnaval deste ano, especialmente em festas e shows, enquanto a folha de pessoal do município estiver em atraso, inclusive nos casos em que a inadimplência na folha esteja atingindo apenas parcela dos servidores municipais, mesmo que ocupantes de cargos comissionados e contratos temporários.

Em atuação conjunta com o MPPE, o Ministério Público de Contas (MPCO) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) tem procurado fazer com que os prefeitos evitem usar recursos públicos para financiar os festejos carnavalescos, em detrimento do pagamentos dos salários atrasados dos servidores. A partir de uma lista de 120 municípios o MPPE passou a acompanhar a questão desse desequilíbrio fiscal. “Vamos fazer nossa parte que é desenvolver ações junto aos promotores de Justiça para que eles recomendem aos prefeitos que adotem as medidas legais de equilíbrio fiscal”, avisou Mavial.

Segundo ele, os prefeitos não são proibidos de promover festas de carnaval ou outros eventos festivos, mas precisam justificar o porquê de gastar com isso, quando estão com os salários dos servidores em atraso. “Esses atos serão investigados pelo Ministério Público, que pode responsabilizar o gestor público”, alertou o promotor.

Nesse sentido, o procurador-geral do MPCO, Cristiano Pimentel, enviou ofícios para a Associação Municipalista de Per-



**Procurador-geral do
Ministério Público de
Contas, Cristiano Pimentel**

nambuco (Amupe), bem como para a União de Vereadores de Pernambuco (UVP), alertando que, em caso comprovado do uso de recursos públicos para o Carnaval em detrimento do pagamento dos salários atrasados dos servidores, os gestores públicos serão representados por improbidade administrativa e solicitado ao Tribunal de Contas a rejeição de contas dos respectivos prefeitos.

Não bastasse isso, um levantamento feito pelo Tribunal de Contas constatou que a maioria das prefeituras de Pernambuco apresentou despesas com pessoal entre janeiro e agosto de 2015 acima do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com o estudo, divulgado no final de janeiro, 168 dos 184 municípios do Estado estão acima do limite "alerta" estabelecido na LRF.

Realizado pela Coordenadoria de Controle Externo, o estudo revelou que 120 prefeituras (65% do total) extrapolaram o limite de gastos com a folha que é 54% da Receita Corrente Líquida (RCL). Por outro lado, 48 municípios (26%) tiveram despesa com pessoal entre o limite alerta e o limite máximo (faixa entre 48,60% e 54% da Re-

ceita Corrente Líquida).

O estudo constatou também que apenas 15 municípios (8% do total) conseguiram cumprir a LRF, comprometendo com o pagamento da folha um percentual da RCL abaixo do limite alerta. Apenas uma prefeitura deixou de repassar ao TCE informações sobre despesas com o seu pessoal. Os dados se referem aos dois primeiros quadrimestres de 2015 (janeiro a agosto) e constam dos Relatórios de Gestão Fiscal disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) do Ministério da Fazenda.

Em comparação com o exercício anterior, o número de prefeituras que está descumprindo a LRF no tocante ao percentual de gastos com pessoal aumentou. Em 2014, 165 das 184 prefeituras pernambucanas apresentaram despesas com pessoal acima do limite alerta. Naquele ano, 115 prefeituras (62,5% do total) ultrapassaram o limite de 54% previsto na LRF.

O Tribunal de Contas vai encaminhar ofícios às prefeituras que estão desenhadradas alertando-as para a necessidade de cumprirem o que determina a Lei. Os alertas são enviados em três situações. Primeira,



Patrimônio Público

No MPPE, há uma comissão de Defesa do Patrimônio Público com atribuição, para em conjunto ou separadamente com os promotores de Justiça titulares, com a indispensável anuência destes, atuar nos processos encaminhados em forma de representação pelo Tribunal de Contas do Estado ao MPPE, adotando as medidas na esfera cível e criminal cabíveis, que não envolvam autoridades com foro privilegiado (que é atribuição exclusiva do procurador-geral de Justiça).

quando a despesa com pessoal está entre 48,60% e 51,29% da Receita Corrente Líquida. Para este caso, considerado como "limite alerta", a Lei não prevê vedações ou punições ao gestor. O propósito é tão somente chamar sua atenção para o limite do gasto.

Segunda, quando a despesa total com pessoal variar entre 51,3% e 54% da Receita Corrente Líquida. Nesta hipótese, o gestor terá ultrapassado o chamado o "limite prudencial", mas a Lei não prevê punição para o gestor. Apenas o impede de realizar novas despesas na área de pessoal, tais como: concessão de vantagens; aumento; reajuste ou adequação de remuneração; criação de cargo, emprego ou função; alteração da estrutura de carreira que implique aumento de despesa; provimento de cargo público; admissão ou contratação de pessoal, e pagamento de horas extras.

Terceira e última, quando a despesa total com pessoal (DTP) ultrapassar o percentual de 54% da Receita Corrente Líquida. Neste cenário, há um extenso rol de vedações que vão desde a aplicação de penalidades ao gestor até a proibição de celebrar convênios com os governos estadual e federal.



O inimigo número 1

Um mosquito ameaça o Brasil. E está longe de ser derrotado. As doenças que o *Aedes aegypti* transmite (dengue, zika e febre chikungunya) se alastram. Em um país de clima quente e úmido, com a cultura de jogar lixo na rua e acumular coisas velhas no quintal, assim como a necessidade de armazenar água para uso doméstico, eliminar os criadouros de larvas tem sido uma guerra de proporções gigantes, poucas vitórias e consequências terríveis.

Texto: Miguel Rios

A dengue traz risco de morte. A chikungunya deixa dores no corpo e mal-estar por anos. E a zika, além dos sintomas debilitantes que causa ao paciente, pode acarretar doenças neurológicas como a Síndrome de Guillain-Barré e a microcefalia para bebês cujas mães contraíram o vírus durante a gestação. Trata-se de um momento preocupante, especialmente em Pernambuco, que lidera o ranking nacional em casos de microcefalia: 1.236 cadastrados, sendo 461 prováveis. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), atento ao perigo e à dificuldade em combatê-lo, organiza fóruns e cobra das autoridades municipais e estaduais medidas eficazes para conter e eliminar a praga. Tarefa nada fácil, no entanto, emergencial.

“Estamos testemunhando o surgimento de uma geração mutilada de crianças, que nasceram com sequelas neurológicas por causa do *Aedes aegypti*. Além dos governos, a sociedade precisa se conscientizar e participar”, defendeu o procurador-ge-

ral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda. Ele defende que se faz preciso se criar um modelo de atuação contra o inseto que comprove bons resultados, com índices e dados. “Sem o empenho de todos, um trabalho sério e um ataque por várias frentes, ficará difícil eliminar as consequências na sociedade”, frisa.

Os obstáculos no enfrentamento ao inseto são grandes. A secretária de Saúde de Jaboatão dos Guararapes e presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde de Pernambuco (Cosems-PE), Gessyane Paulino, salientou que o poder público, mesmo com a união das esferas municipal, estadual e federal, não tem condições de vencer as epidemias sozinho. “Os agentes identificam os criadouros e matam as larvas. Mas quando o mosquito está na fase de ovo, ele pode ficar cerca de um ano ainda vivo e esperando que haja de novo água parada para se tornar larva. Já na fase adulta, é combatido com fumacê, um veneno jogado no ar. Há restrições que preci-

“Estamos testemunhando o surgimento de uma geração mutilada de crianças, que nasceram com sequelas neurológicas por causa do *Aedes aegypti*.”

Procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda.



Foto: Cátia Fonseca

Promotor Carlos Seabra: atuação envolve vinte prefeituras da mata Norte

sam ser respeitadas, caso contrário, pode haver danos tão grandes ou até piores que as doenças. E, na fase adulta, muito provavelmente, o inseto já picou alguém antes de ser morto”, lembra ela.

Gessyanne Paulino ainda traz à tona os casos dos imóveis abandonados, que são de difícil entrada, e a necessidade de boa parte da população ter de armazenar água limpa, pois a distribuição da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) é irregular. “Sem falar que os agentes verificam os possíveis focos, mas só voltam ao mesmo lugar depois de 60 dias. Neste tempo, o mosquito tem total condição de ter renovado o criadouro, caso os moradores não tomem os cuidados previstos”, alerta a secretária.

O enfrentamento ao *Aedes aegypti* é de responsabilidade conjunta do Ministério da Saúde, do Governo de Pernambuco e dos municípios. Também deve existir uma interseção setorial dos gestores responsáveis não só pela Saúde, mas

pela Justiça, Educação, Cidadania e outras pastas. Além do envolvimento da população, que deve encarar o problema como dela. A secretária-executiva de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Luciana Albuquerque, explicou que o mosquito não é novidade na vida dos brasileiros. “Há tempos que convivemos com ele, que transmitia só os tipos de dengue. Os óbitos de dengue se banalizaram, infelizmente. A microcefalia trouxe a comoção. Precisamos, agora, trazer o povo para junto”, analisa.

É diante desse cenário conturbado e de poucas brechas, onde o engajamento deve ser total, permanente e sem esmoecimento de governo e população, que o MPPE costura ideias e compromissos atrás de soluções em menor tempo possível. Em parceria com a SES, os promotores de Justiça se unem em suas circunscrições e reúnem prefeitos, secretários, agentes e profissionais de saúde e sociedade civil para detalhar a realidade, colher suges-

Como combater os criadouros

- Não deixar água parada em pneus fora de uso. O ideal é fazer furos nestes pneus para evitar o acúmulo de água
- Não deixar água acumulada sobre a laje de sua residência
- Não deixar água parada nas calhas da residência. Remover folhas, galhos ou qualquer material que impeça a circulação da água
- A vasilha que fica abaixo dos vasos de plantas não pode ter água parada. Deixar estas vasilhas sempre secas ou cobri-las com areia
- Caixas de água devem ser limpas constantemente e mantidas sempre fechadas e bem vedadas. O mesmo vale para poços artesianos ou qualquer outro tipo de reservatório de água
- Vasilhas que servem para animais (gatos, cachorros) beber água não devem ficar mais do que um dia com a água sem trocar
- As piscinas devem ter tratamento de água com cloro (sempre na quantidade recomendada). Piscinas não utilizadas devem ser desativadas (retirar toda água) e permanecer sempre secas
- Garrafas ou outros recipientes semelhantes (latas, vasilhas, copos) devem ser armazenados em locais cobertos e sempre de cabeça para baixo. Se não forem usados devem ser embrulhados em sacos e descartados no lixo (fechado)
- Não descartar lixo em terrenos baldios e manter a lata de lixo sempre bem fechada
- As bromélias costumam acumular água entre suas folhas. Para evitar a reprodução do mosquito, o ideal é regar esta planta com uma mistura de 1 litro de água e uma colher de água sanitária
- Sempre que observar alguma situação (que você não possa resolver), avisar imediatamente um agente público de saúde para que uma medida eficaz seja tomada
- Quebrar os gargalos e fundos de garrafas dos cacos de vidro no muro e/ou colocar massa de cimento, nos locais que acumulam água
- Manter os aquários tampados ou telados ou com peixes larvófagos



**Coordenador do Caop
Saúde, promotor de
Justiça Édipo Soares**

tões e expedir recomendações exigindo providências.

Entre as cobranças aos gestores municipais se encontram a mobilização de todos os agentes de endemias cadastrados na prefeitura; levantamento do número de leitos, unidades e profissionais de saúde competentes para cuidar dos pacientes; estudo das áreas mais afetadas em cada cidade e especificação dos casos; divulgação do combate em meios de comunicação locais; além da atuação imediata para localizar os focos do mosquito.

O procurador-geral de Justiça já decidiu que a luta contra o *Aedes aegypti* irá se tornar um dos projetos estratégicos do MPPE. “Entrará em nosso portfólio. Assim, poderemos monitorar com mais eficácia as atitudes, avaliando indicadores e resultados”, afirma Carlos Guerra de Holanda.

“É preciso sair às ruas e convocar os cidadãos. Aproveitar a volta às aulas e esclarecer os estudantes sobre as medidas de ação. A prevenção é a melhor maneira de se combater essas doenças”, sugeriu o promo-

tor e Justiça Carlos Seabra, em 18 de janeiro deste ano, quando explicou o conteúdo das recomendações conjuntas que a 10ª e a 11ª circunscrições expediram às vinte prefeituras da Mata Norte.

A vigilância do MPPE também pode se estender a outras vertentes, além da conscientização. O promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Saúde (Caop Saúde), Édipo Soares, acredita que a fase de educação e sensibilização sobre a importância de prevenir e eliminar os criadouros do mosquito passou e que, agora, é necessário iniciar as sanções a quem desrespeita as orientações. “O MPPE é indutor de políticas públicas e boas práticas. Estamos indicando aos gestores o que é necessário fazer. E a colaboração da população também é de vital importância. As obrigações e falhas têm que ser apuradas”, pontua ele. “Temos que debater as punições. Nós todos corremos o risco de contrair essas doenças. Está provado que cerca de 80% dos criadouros do mosquito se encontram dentro das residências”, completa.

“É preciso sair às ruas e convocar os cidadãos.

Aproveitar a volta às aulas e esclarecer os estudantes sobre as medidas de ação.

A prevenção é a melhor maneira de se combater essas doenças”

Promotor de Justiça
Édipo Soares



Situação subumana agrava risco de epidemias

Há pessoas em condições tão precárias de vida, que é quase impossível retirar o perigo do *Aedes aegypti* de perto delas. Exemplo: os habitantes de palafitas na Região Metropolitana do Recife. A situação sanitária degradante na qual sobrevivem acarreta a urgência de medidas para tentar conter a proliferação dos surtos de dengue, zika e febre chikungunya. Conscientes dessa realidade subumana, as promotorias de Saúde e Habitação e Urbanismo do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) se dispuseram a apurar as omissões na política habitacional dos municípios da MRM.

No Recife, existe um programa que prevê a concessão de auxílio-moradia para as famílias que são removidas de áreas em situação de risco nos morros. No entanto, não

se aplica aos moradores áreas de alagados e palafitas, mesmo com a evidente condição precária e perigosa a que estão expostos.

Assim, o MPPE requisitou à Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) informações relativas às comunidades assentadas sobre os rios, mangues e canais. Quantidade de pessoas, situação socioeconômica, além de políticas públicas existentes ou em fase de implementação para atendimento dessas comunidades e cronograma de eliminação das moradias em palafitas e áreas de alagados.

A PCR também precisa apresentar os registros de casos de zika, dengue e chikungunya, estratificados por Gerência Regional de Saúde (Geres) e por distrito sanitário,

respectivamente. Assim como os registros das cinco doenças que mais acometem a população, estratificados também por distrito sanitário e por Geres.

O subprocurador-geral em assuntos jurídicos, Clênio Valença esclareceu que o plano do MPPE tem como um dos objetivos estimular os gestores municipais a construir diretrizes para atender bebês com microcefalia, além de todas as pessoas infectadas pelos vírus da dengue, zika ou chikungunya. “É através dos municípios que devemos iniciar o enfrentamento ao *Aedes aegypti*”, pontua. “A vigilância epidemiológica e o mapeamento e destruição dos criadouros do mosquito são de fundamental importância”, completa.

Plano de enfrentamento

Um dos pontos mais importantes que os promotores de Justiça devem cobrar das prefeituras é a elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. “O problema é grave e os municípios terão de criar, com urgência, políticas públicas de combate ao mosquito”, argumenta o promotor de Justiça Fabiano Saraiva, que atua em Goiana. “Medidas concretas são imprescindíveis”, reforça ele.

O promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Saúde (Caop Saúde), Édipo Soares, defende que as prefeituras precisam suspender as férias dos agentes de endemia. Ele elogia o decreto municipal de Jaboatão dos Guararapes, que garante a entrada dos agentes nas casas, mesmo sem a autorização dos moradores, para averiguar a existência de focos do *Aedes aegypti*. “Devemos discutir a responsabilidade

sanitária coletiva, de gestores públicos e habitantes. Se não eliminarmos o mosquito, não eliminaremos as doenças”, argumenta.

O coordenador do Caop Saúde lembra que a crise econômica pela qual o Brasil atravessa não deve ser desculpa para que os prefeitos fiquem inertes ao problema. “É preciso criar soluções com o que se tem”, aposta Édipo Soares.

Mesmo reclamando da escassez de recursos e que os repasses do Governo Federal chegaram tarde e reduzidos, o prefeito de Limoeiro, Tiago Cavalcanti, garante que a hora não é de lamentações, mas de atitudes. “Na minha família, nem sei dizer quantas pessoas já ficaram doentes. Temos de procurar soluções, sejam quais forem, e ir à luta contra o *Aedes aegypti*”, concluiu.

O prefeito de Goiana, Frederico Gadelha, convocou os moradores da cidade para uma mobilização geral. Ele decretou

estado de emergência municipal, em novembro de 2015, devido ao crescimento do número de pessoas que procuraram as unidades de saúde com sintomas de dengue, chikungunya e zika. “Criamos uma cartilha informativa, sensibilizamos os profissionais de saúde, saímos atrás dos focos do mosquito e realizamos uma varredura de lixo nas vias públicas e terrenos baldios”, afirma ele. “Nossa maior arma, no entanto, é o cidadão. Ele tem que vigiar sua casa e sua vizinhança”, completou.

A secretária-executiva de Vigilância em Saúde de Pernambuco, Luciana Albuquerque, elogia a iniciativa do MPPE em pautar as prefeituras para enfrentar a crise de saúde. “O Ministério Público tem o poder de chamar os municípios à responsabilidade, devido à sua capilaridade, que lhe garante grande penetração em todo o Estado de Pernambuco”, avalia.



Fotos: Marcos César

Audiência pública em Fernando de Noronha: Carlos Guerra, André Rabelo, Artur Cândido e Maria do Carmo Menezes

Na voz dos ilhéus

Quando se fala em Fernando de Noronha, logo vêm à mente as imagens de um paraíso tropical perdido no meio do Atlântico. Mas esse cartão-postal que encanta turistas de todo o mundo tem uma outra face bem menos atraente. Os problemas sociais e ambientais estão sempre longe dos olhos dos visitantes. Mas não fogem ao olhar atento do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Na sua ação mais recente, em busca de minimizar esses problemas, o promotor de Justiça André Rabelo promoveu audiência pública, em janeiro deste ano, para ouvir os ilhéus. Moradia, controle migratório, educação, segurança, saúde, pesca, agricultura e o equilíbrio entre a preservação ambiental e a geração de emprego e renda foram os temas discutidos durante dois dias. No encontro realizado na Escola Estadual do Arquipélago, durante dois dias, o procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, se dirigiu a cerca de 150 pessoas para dizer que há muito trabalho pela frente e que o Ministério Público está colhendo informações para nortear sua atuação institucional em relação aos temas mais importantes para o fortalecimento da cidadania em Fernando de Noronha.

No primeiro dia, os debates giraram em torno do controle migratório, das dificuldades de moradia e das deficiências em serviços públicos como saúde, educação e segurança. Para o presidente do Conselho Distrital de Fernando de Noronha, Artur Cândido, as dificuldades são o reflexo de

uma ilha inchada, onde a infraestrutura não acompanha a quantidade de moradores e turistas. “Antes, Fernando de Noronha era notícia por causa das tartarugas, dos peixes, do mergulho. Hoje, o que aparece é a violência, porque o controle do acesso à ilha é falho. Vamos pedir ao MPPE que solicite da Administração Distrital a relação de moradores e residentes e que acompanhe a questão”, alertou.

No dia seguinte, o MPPE apresentou três dos projetos institucionais que fazem parte da sua Gestão Estratégica (Fiscalizando a Atenção Básica à Saúde, Plano de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas e Lixo, quem se lixa?) e debateu com os ilhéus como essas ações podem ser adequadas para fazer frente à realidade local. André Rabelo anunciou que vai efetuar, no mês de fevereiro, a adesão da Promotoria de Justiça aos projetos institucionais.

“Nosso objetivo é dar seguimento às reivindicações do público, e nada mais justo que colocar a serviço da ilha de Fernando de Noronha esses projetos do MPPE, que



Carlos Guerra prestigiou a audiência pública em Fernando de Noronha



Fotos: Cátia Fonseca

Marco Aurélio apresenta projeto de cidadania para representantes de ilhéus

foram testados em vários municípios pernambucanos e vêm dando resultados. Vamos trazer os coordenadores dos três projetos para a ilha, a fim de realizar a adesão e buscar o compromisso da Administração Distrital”, ressaltou André Rabelo. Ainda segundo o promotor de Justiça, a atuação do MPPE se dará nas esferas extrajudicial e judicial, conforme as demandas da população. “A conversa já foi esgotada, a população quer providências e o MPPE vai fazer o seu papel em defesa da qualidade de vida dos noronhenses”, acrescentou.

Assim, um mês depois dessa audiência pública, quando os noronhenses tiveram a oportunidade de apontar as demandas mais urgentes no Distrito, o MPPE apresentou três projetos institucionais que serão implementados no Arquipélago. Ao assinar o termo de adesão aos projetos “Fiscalizando a atenção básica à saúde”; “Lixo, quem se lixa?” e “Plano de enfrentamento ao crack e outras drogas”, André Rabelo destacou que o objetivo do Ministério Público é se aproximar da gestão distrital para implementar e aprimorar as políticas públicas. “Essas iniciativas só serão bem-sucedidas se executadas em consonância com a Administração Distrital junto à sociedade”, afirmou.

Na ocasião, estiveram presentes ao lançamento os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Saúde (Caop Saúde), Édipo Soares; da Cidadania (Caop Cidadania), Marco Aurélio Farias; e do Meio Ambiente (Caop Meio Ambiente), André Felipe Menezes. Também participaram moradores da Ilha, representantes de conselhos de direito da

criança e do adolescente, Conselho Distrital e profissionais da área de saúde e de assistência social.

Como parte da implementação dos projetos, questionários de avaliação serão encaminhados à Administração Distrital para que se faça um levantamento da situação da infraestrutura e dos serviços ofertados à população. Os dados coletados serão sistematizados e um relatório final será encaminhado a André Rabelo, para que sejam estimuladas políticas públicas nas áreas mais urgentes.

Para o promotor Marco Aurélio Farias, é imprescindível reunir os diversos setores da sociedade civil para elaborar um plano conjunto de enfrentamento às drogas. “Percebemos que, quando não há articulação, os índices de desagregação social aumentam. É preciso ouvir a população de forma contínua e ter um olhar mais cuidadoso com as crianças, adolescentes e jovens, que ficam mais vulneráveis no contato com as drogas”.

A conselheira tutelar Maria do Carmo Menezes enfatiza que a atenção a este segmento deve ser redobrada. “Precisamos muito da atuação do Ministério Público, pois no trabalho diário com adolescentes e jovens percebemos que o acesso às drogas, lícitas ou ilícitas, já foi mais grave, mas ainda representa um perigo para eles”. Em Fernando de Noronha, a destinação adequada do lixo demanda melhorias, desde a separação dos resíduos pelos moradores e comércio local, passando pela coleta até o centro de triagem, onde ocorre o armazenamento e o envio dos resíduos para o continente.

Ao redor, um mar de problemas

Durante os dois dias de audiência pública, realizada em janeiro, ficou constatado que os problemas socioambientais existentes em Fernando de Noronha são muitos. Com a quantidade crescente de moradores em uma área de preservação ambiental, a demanda por novas moradia, por exemplo, tem esbarrado na pouca oferta e nos preços altos, o que leva muitas famílias a morarem em condições precárias. A presidente do Conselho Tutelar, Maria do Carmo Menezes, defende que as pessoas contratadas para trabalhar na Ilha sejam orientadas sobre a impossibilidade de se trazer filhos para morar no local. “O que mais vemos são famílias com duas ou três crianças vivendo em um quarto de uma casa, sem nenhuma privacidade, dividindo banheiro com a família que os hospeda, porque o trabalhador não tem dinheiro para pagar aluguel. Essa situação não é salutar para o desenvolvimento de uma criança”, apontou a conselheira.

Sobre a educação, também ficou evidenciado que a creche que atende às crianças em idade pré-escolar está subdimensionada, com uma lista de espera de cerca de 50 nomes. “Além disso, a gente precisa de uma creche de verdade, que funcione o ano inteiro. Agora em janeiro as escolas estão de férias, os pais precisam trabalhar e não têm com quem deixar os filhos”, lamentou Ana Paula da Silva.

As queixas se repetem quando o assunto é saúde. Rogaciano Silva, que tem um filho de dois meses de idade, se posicionou de forma veemente contra a proibição da realização de partos em Fernando de Noronha. “Lembro que as agentes de saúde batiam na minha porta dizendo que minha mulher estava com seis meses de gravidez, que logo eu teria que ir para o continente. Isso é uma violência contra as mulheres e as famílias noronhenses. Ou você escolhe deixar sua esposa no Recife, sem apoio nenhum, ou vai junto e corre o risco de não ter mais seu emprego quando voltar”, narrou.

Ao final da audiência, André Rabelo comprometeu-se a formalizar um documento com as reivindicações do público e fazer os devidos encaminhamentos aos órgãos públicos responsáveis.



Igreja do Bomfim, em Olinda: monumento histórico sem preservação



Torre sineira: instabilidade do cruzeiro luminoso ameaça patrimônio

Fotos: Igor Souza

A Igreja do Bonfim

Patrimônio Histórico da Humanidade, a Igreja do Bom Jesus do Bonfim, em Olinda, interdita desde 2012, roga pela preservação de sua história, materializada em imagens religiosas e na arquitetura de valor inestimável à cultura de Pernambuco

Por vezes, certas estruturas arquitetônicas - sem desmerecer o poder inquestionável da palavra - contam mais das raízes históricas e religiosas de uma cidade que qualquer outro elemento. É o caso da Igreja do Bom Jesus do Bonfim. Erguida por Pinheiro da Fontura, na segunda metade do século XVIII, mais precisamente em 1758, onde antes existiu um nicho de pedra e cal dedicado ao Senhor Bom Jesus do Bonfim, o templo religioso foi reconstruído entre 1801 e 1919 e modificado em 1934.

A parte interna da edificação se destacou, além do altar-mor, pelas inúmeras imagens sacras, o que levou a área, entre outras motivações, a ser considerada há cerca de 30 anos como Patrimônio da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Ela é ainda uma das igrejas do Brasil a possuir uma imagem do

Bom Jesus do Bonfim.

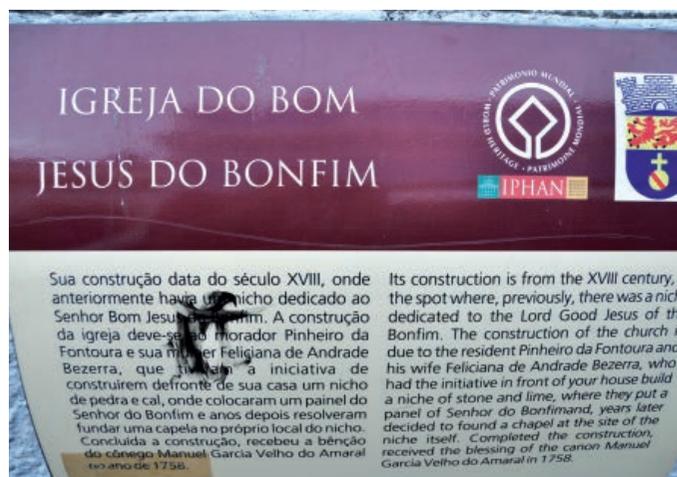
“Que majestade suprema existe em tudo o que é teu! Tu és, Olinda, um poema que natureza escreveu! [...]” (Hino de Olinda, letra de Themístocles de Andrade). A paisagem musicada por José Lourenço da Silva, mais conhecido como Capitão Zuzinha, invariavelmente contempla o belo conjunto de igrejas centenárias, destacando-se cada uma ao seu estilo, seja ele barroco, quinhentista, maneirista, gótico ou rococó.

No entanto, essa arquitetura religiosa sofreu um desfalque em 2012, quando a Igreja do Bonfim foi interdita, privando fiéis olindenses e turistas de instantes de contemplação e paz naquele ambiente. Segundo um relatório técnico de vistoria do imóvel elaborado pela Secretaria Executiva da Defesa Civil (Sedec) em novembro de 2014, constatou-se a instabilidade do cruzeiro luminoso da torre sineira e a desagre-

Igreja compõe Polígono de Tombamento de Olinda, situando-se no setor A (Área Urbana de Preservação Rigorosa)



Promotora Belize Câmara: cobranças à Arquidiocese de Olinda e Recife



gação parcial do reboco da parte superior da fachada da igreja.

Com base nas diretrizes definidas pela Norma de Inspeção Predial do Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícia em Engenharia (Ibape), o imóvel vistoriado recebeu grau de risco crítico, ou seja, a Igreja do Bonfim precisaria passar por intervenções para garantir a conservação e restauração de suas estruturas, a fim de proporcionar segurança às pessoas e ao meio ambiente.

Com o intuito de preservar esse patrimônio histórico, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou à Arquidiocese de Olinda e Recife que providenciasse a imediata e permanentemente limpeza e higiene periódica da Igreja do Bom Jesus do Bonfim e disponibilizasse, ainda, permissão e um representante da entidade para acompanhar a vistoria de imagens e bens

integrados pertencentes ao templo, a ser realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Pernambuco (Iphan-PE) e Secretaria Municipal de Patrimônio e Cultura, para que fosse averiguado o estado de conservação desses bens e se conferem com os dados presentes nas informações de inventário.

Segundo a gestora de projetos da Comissão para Restauro e Conservação de Igrejas da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), Telma Liége, a limpeza do templo religioso já foi providenciada e a data para a vistoria das imagens e bens integrados pertencentes ao templo está sendo devidamente acordada com o Iphan-PE.

Foi recomendado também que a Arquidiocese providenciasse a regularização da situação e correto condicionamento das ossadas que se encontravam no imóvel,

Igrejas de Olinda

Com aproximadamente 400 mil habitantes, o município de Olinda possui 19 igrejas. São elas: Igreja de Nossa Senhora do Amparo; de Nossa Senhora de Guadalupe; da Misericórdia; Convento de São Francisco/Igreja de Nossa Senhora das Neves; de Nossa Senhora da Boa Hora; de Nossa Senhora do Desterro e Convento de Santa Tereza; de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; de Santa Cruz dos Milagres; de São João Batista dos Militares; de São José dos Pescadores ou Ribamar; de São Pedro Apóstolo; de São Sebastião; do Bom Jesus do Bonfim; do Carmo; de São Salvador do Mundo (Igreja da Sé); Igreja e Convento de Nossa Senhora da Conceição; Igreja e Mosteiro de Nossa Senhora do Monte; Mosteiro de São Bento; Seminário de Olinda/Igreja de Nossa Senhora da Graça.

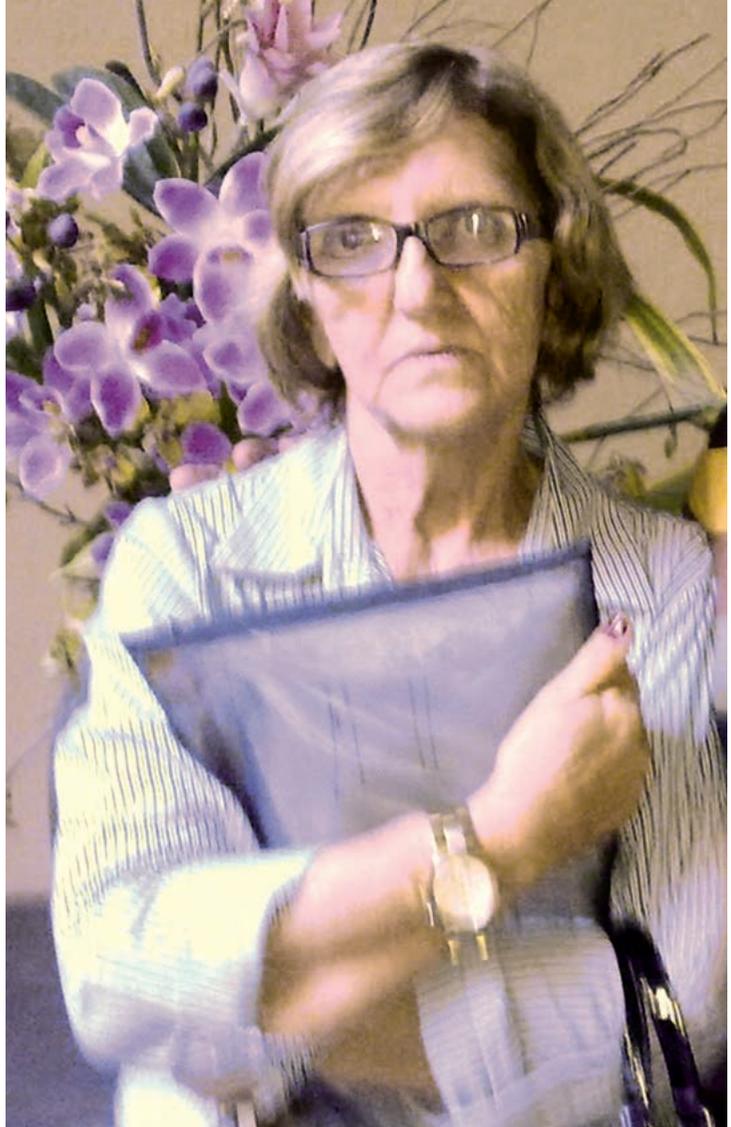


Foto: Reprodução

Telma Liége: limpeza do templo já foi providenciada

além da substituição e conservação das telhas, responsáveis por infiltrações danosas à estrutura, com realização de manutenção periódica. O documento solicita, ainda, que sejam submetidas todas as intervenções no imóvel, incluindo as emergenciais, à aprovação prévia do Iphan-PE e à Secretaria Municipal de Patrimônio e Cultura de Olinda.

Quanto à regularização das ossadas, Telma Liége explica que elas foram encontradas escondidas por trás de um dos altares do templo e sem identificação. “Devido a essas circunstâncias, o primeiro passo foi realizar um boletim de ocorrência, quando fomos orientados que não deveríamos sequer tocá-las, e que somente o Instituto de Criminalística poderia executar a retirada”. No entanto, até o momento, a vistoria e posterior condicionamento ainda não fo-

ram executados.

Já o Iphan-PE deveria auxiliar o escoramento do estuque (argamassa) da nave principal da Igreja do Bonfim, disponibilizando andaimes para tal finalidade, conforme comprometeu-se em audiência realizada na 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania com atuação na Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico-Cultural de Olinda. Nessa audiência, foi estipulado que a Arquidiocese de Recife e Olinda, na condição de proprietária da igreja, tem a obrigação de realizar a manutenção periódica do imóvel e de providenciar a execução de medidas emergenciais, com a liberação ou não das verbas provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas.

“Foram realizados todos os serviços

emergenciais (escoramento da nave central) com o acompanhamento dos técnicos do Iphan-PE, que ficou responsável por enviar o relatório à Secretaria Municipal de Patrimônio e Cultura de Olinda”, explicou a gestora dos projetos da AOR. A promotora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Belize Câmara, destaca que “o tombamento da Igreja do Bonfim constitui uma das formas de proteção e acautelamento do patrimônio cultural e significa a conservação da integridade de bens acerca dos quais haja um interesse público pela proteção, em razão de suas características especiais”. A representante do MPPE ressalta que a igreja compõe o Polígono de Tombamento do município de Olinda, localizando-se no setor A (Área Urbana de Preservação Rigorosa).



Um novo instrumento de ação

A relação consumidor-fornecedor de produtos e serviços tem sido marcada, em boa parte, por demandas judiciais. Atento a essa questão, o procurador-geral de Justiça Carlos Guerra de Holanda firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça, para colaboração e compartilhamento de informações dos serviços disponíveis no site www.consumidor.gov.

A iniciativa visa conferir maior celeridade na resolução extrajudicial de conflitos entre consumidores e fornecedores de produtos e serviços cadastrados voluntariamente no sistema. De acordo com a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor (Caop Consumidor), promotora de Justiça Liliane Fonseca, o MPPE atuará no sentido de estimular a adesão das empresas pernambucanas ao site.

“A página permite a negociação direta com as empresas, analisando e respondendo às reclamações de seus consumidores em até 10 dias. Ao receber essa resposta, o consumidor pode comentá-la, em até 20 dias, além de classificar a demanda como resolvida ou não resolvida, e ainda indicar seu nível de satisfação com o atendimento recebido”, detalha.

Entre as obrigações do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) estão a divulga-

ção da plataforma, no âmbito do estado, orientação ao consumidor a respeito da finalidade e diretrizes de funcionamento do consumidor.gov.br, assim como contribuir com a Senacon para o aperfeiçoamento da iniciativa, a fim de que realmente funcione como canal alternativo de resolução de conflitos. Além disso, as reclamações apresentadas pelos cidadãos contribuirão para gestão e execução de políticas públicas na defesa do consumidor. O sistema constitui importante ferramenta na defesa dos direitos do consumidor, ao promover maior transparência nas relações de consumo e o controle social.

A atuação do Caop Consumidor tem buscado solucionar por meios extrajudiciais um sem-número de conflitos entre consumidores e fornecedores nas mais diferentes áreas. Mas, quando o jeito é recorrer à Justiça, o MPPE mostra-se firme na defesa dos direitos do consumidor.

“A página permite a negociação direta com as empresas, analisando e respondendo às reclamações dos seus consumidores em até 10 dias.”

Promotora de Justiça Liliane Fonseca



Foto: Cátia Fonseca



Fotos : Cátia Fonseca

Evaldo Costa e Carlos Guerra firmam convênio para intercâmbio de documentos históricos digitalizados

Intercâmbio com o MPPE

A informação é um bem precioso para quem defende a sociedade, o direito e uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, especialmente combatendo os desmandos e irregularidades de pessoas, órgãos públicos e empresas. Para que o seu arsenal de conhecimento e documentação se amplie, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) se aliou ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje). Agora, as duas instituições estão comprometidas a promover esforços conjuntos no intercâmbio e integração de seus acervos. Tanto o procurador-geral de Justiça do MPPE, Carlos Guerra de Holanda, quanto o presidente do Apeje, o jornalista e pesquisador Evaldo Costa, mostraram entusiasmo na assinatura da parceria, em 22 de fevereiro passado, durante solenidade no gabinete da Procuradoria Geral de Justiça.

“Estamos preparando nossa Instituição para um futuro que vai exigir ainda mais de nossos serviços em defesa da sociedade pernambucana. E o resgate da nossa história é de fundamental importância, porque é por conta dessa nossa história que o Ministério Público chegou ao patamar onde se encontra atualmente”, afirmou Carlos Guerra de Holanda. “Vamos ampliar ainda mais nossa parceira com o MPPE”, garantiu Evaldo Costa.

O futuro realmente aponta para uma interação maior. O protocolo de intenções firmado entre as duas instituições tem duração de três anos e se dará por meio de projetos e de programas específicos apreciados pelas duas instituições. De acordo com Evaldo Costa, o Arquivo Público vai disponibilizar

para o MPPE inúmeras cópias dos prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do promotor de Justiça Paulo Cavalcanti e de sua filha, a procuradora de Justiça aposentada Magnólia Cavalcanti.

O acervo do Dops é o mais bem cuidado do Arquivo Público e começará a ser digitalizado em breve. A solenidade marcou a entrega de cópias de documentos históricos sobre a trajetória de Paulo de Figueiredo Cavalcanti à sua filha. Entre eles, cópia da ficha funcional, do Termo de Posse e da ata do concurso público que avaliou sua idoneidade. Em 2016, completam-se 70 anos da posse de Paulo Cavalcanti como promotor do Ministério Público de Pernambuco. A Divisão Ministerial de Arquivo Histórico do MPPE (DIMAH) foi responsável por fazer o levanta-



Magnólia Cavalcanti: memória do pai preservada



Prontuário digitalizado de Paulo Cavalcanti no Dops agora faz parte do acervo histórico do MPPE

mento de toda a documentação existente na instituição sobre o promotor homenageado.

Na ocasião, Magnólia Cavalcanti decidiu doar parte da biblioteca paterna ao MPPE e ao Apeje. “Serão 50 livros para o MPPE e outros 50 para o Arquivo Público”, disse. Evaldo Costa lembrou fatos da vida de Paulo Cavalcanti que o marcaram como pessoa, jornalista, historiador e pesquisador. “Na época do Golpe Militar, eu era correspondente da sucursal do jornal O Estado de São Paulo e fui escalado para cobrir a prisão de Paulo Cavalcanti. Mas essa cobertura consistia em ir ao local onde ele estava preso, me identificar como jornalista e dizer que estava ali por conta da sua prisão. Isso era uma forma de protegê-lo, de dizer àquelas pessoas

que o mantinham preso que nós sabíamos que ele estava lá”, recordou.

Na ocasião, Magnólia Cavalcanti relembrou as diversas vezes que seu pai foi preso durante o regime militar e agradeceu o gesto de Evaldo Costa. “Eu estou aqui, 60 anos depois, agradecendo isso que foi feito pelo meu pai”, disse, acrescentado que ela mesma foi presa três vezes pelos militares.

Além da filha do homenageado, estiveram presentes à solenidade o subprocurador-geral de Justiça em Assuntos Jurídicos, Clênio Valença; o assessor da diretoria do Apeje, jornalista Carlos Artur de Andrade Ferrão; e o diretor da Divisão Ministerial de Arquivo Histórico do MPPE (DIMAH), Bruno Valente.

Perfil

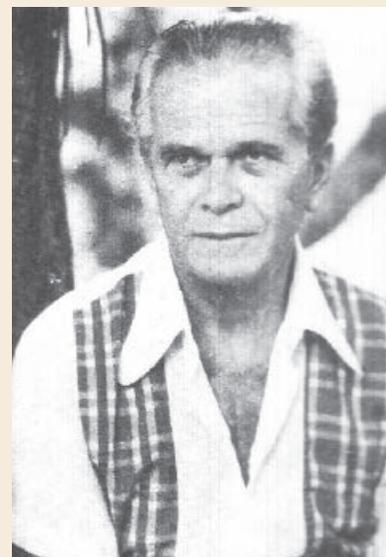
Paulo Cavalcanti

Nascido em Olinda no dia 25 de março de 1915 e falecido aos 80 anos em 31 de maio de 1995, Paulo de Figueiredo Cavalcanti já havia sido homenageado pelo MPPE ao emprestar seu nome ao edifício-sede das Promotorias de Justiça da Capital, na Avenida Visconde de Suassuna. Uma homenagem que tem forte simbolismo, uma vez que nesse mesmo local funcionou o Quartel da 2ª Companhia de Guardas do Exército, onde ele foi mantido preso com o advento do Regime Militar de 64, sob a acusação de ser “esquerdista, comunista e comunitarista”.

Antes de sua prisão, o promotor de Justiça, que vinha sendo monitorado pela Dops, foi aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, baixado pelo então presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Fundador e presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco (AMPPE), Paulo Cavalcanti foi também deputado estadual, vereador do Recife, membro e presidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e diretor do Arquivo Público Estadual.

Sua trajetória política foi sempre pausada pela luta em defesa das camadas menos favorecidas da população, como bem revelam alguns documentos históricos existentes na Divisão Ministerial de Arquivo Histórico do MPPE (DIMAH).



Paulo Cavalcanti



Dez anos a serviço do cidadão

Tudo começou, em 2006, com um telefone e um e-mail numa pequena sala do edifício da Procuradoria Geral de Justiça. Após dez anos da sua criação e instalação, a Ouvidoria Geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) fortalece cada vez mais o diálogo com a sociedade, tornando-se importante canal de comunicação entre o cidadão e o MPPE. Um grande instrumento de comunicação e relacionamento da Gestão Estratégica 2013-2016, da Instituição.



Ano passado, recebeu 4.536 manifestações. Mais que dobrou em comparação com 2014, que registrou 1.540 manifestações. Ou seja, as demandas aumentaram 133%. Este ano, até fevereiro, já haviam sido registradas 794 manifestações. Na avaliação da servidora Raíssa Monteiro, lotada no órgão desde 2006, o número crescente de manifestações se deu por duas razões: a população ficou mais consciente do papel do Ministério Público e o *Fale Conosco* do site do MPPE passou a ser direcionado para o Sistema Ouvidor.

No último relatório de atividades, a Ouvidoria ranqueou as manifestações de 1º de abril a 30 de setembro de 2015, sendo denúncia (1.542 manifestações) a líder da procura do MPPE pelo cidadão. Em comparação com o primeiro relatório de atividades, 17 de março a 30 de setembro de 2006, *informações* (117 manifestações) foi a principal motivação que levou o cidadão entrar em contato com a Instituição. De acordo com o relatório de 2015, as mani-

festações que mais demandaram atuação ministerial foram: Patrimônio Público (497 demandas), Habitação e Urbanismo (143), Saúde (121), Matéria Criminal (118), Meio Ambiente (114), Consumidor (110), Educação (80) e Infância e Juventude (53).

Com o novo regimento, publicado no Diário Oficial de 8 de março, a Ouvidoria passou também a administrar a Central de Denúncias do MPPE, que é um serviço tanto online (24 horas) como pelo telefone 0800 281 9455 (de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h), pelo qual o cidadão pode registrar denúncias sobre assuntos diversos referentes às áreas criminal, cível e cidadania. Os registros são encaminhados aos órgãos ou entidades responsáveis, conforme as competências para a apuração dos fatos.

O novo endereço da Ouvidoria é rua do Imperador Dom Pedro II, nº447, Anexo III, Santo Antônio, Recife. A atual equipe de trabalho conta com seis servidores efetivos, sendo cinco técnicos e uma analista ministerial, além de dois estagiários de nível médio.

Em 2015, as demandas levadas pela sociedade à Ouvidoria do MPPE aumentaram 133% em relação ao ano anterior. Isso mostra que a população está mais consciente da importância do MPPE

EX-OUVIDORES



“A Ouvidoria é um órgão de suma importância por se constituir no canal de comunicação por excelência entre o MPPE e a sociedade. Cada procurador que esteve à frente da Ouvidoria contribuiu, à sua maneira, para o fortalecimento do órgão. Como se cada um colocasse um tijolo na construção da Ouvidoria”

Procurador de Justiça Gilson Barbosa



“A Ouvidoria do Ministério Público de Pernambuco vem se tornando um canal democrático, conforme estabelece a nossa Constituição Federal. Trata-se, portanto, de um espaço onde o cidadão faz suas reclamações e busca encontrar o direito que pleiteia, com total guarda para a sua inquietação”

Procurador de Justiça Mário Palha

História - A criação da ouvidoria do Ministério Público foi determinada pela Emenda Constitucional nº45/2004, que acrescentou o §5º, do artigo 130-A, da Constituição Federal. Para fundamentar a criação do órgão em outubro de 2005, a Procuradoria Geral de Justiça do MPPE ressaltou que, na época, os Ministérios Públicos do Maranhão, do Distrito Federal e Territórios e o do Rio de Janeiro dispunham das suas.

A Instituição propôs à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) alteração da Lei Orgânica do MPPE (Lei 83/2006), para implantar a Ouvidoria. No dia 11 de janeiro de 2006 a lei foi aprovada e a Ouvidoria instalada em março do mesmo ano, após a eleição da procuradora de Justiça Gerusa Torres (mandato de um ano 2006/2007, sendo reconduzida ao cargo no mandato 2007/2009), a primeira ouvidora. A procuradora faleceu em junho de 2013.

Para o mandato seguinte, foi eleito o procurador de Justiça Gilson Roberto de Melo Barbosa (2009/2011) e reconduzi-

do ao cargo nas eleições de 2011. Nas eleições de 2013, o procurador de Justiça Mário Germano de Palha Ramos foi eleito ouvidor para o mandato 2013/2015. Hoje, o cargo é ocupado pelo procurador de Justiça Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, eleito para o mandato 2015/2017.

Para o atual ouvidor, Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, o órgão teve muitas conquistas ao longo dos anos mas ainda tem desafios, como “sensibilizar os membros e servidores sobre a importância desse canal com a sociedade, para que o MPPE possa dar informações precisas, claras e rápidas, em respeito à dignidade humana da parte que solicita, exercitando assim a cidadania”. Também destaca como um ponto de melhoria o atual sistema. “O Sistema Ouvidor, que promoveu um grande avanço, ainda não permite o cruzamento dos dados com o sistema interno do MPPE de tramitação de autos, o que facilitaria sobremaneira com a diminuição de etapas para obter as informações precisas e na rapidez desejadas”, explicou.



Foto: Cátia Fonseca

Vice-presidência

Os ouvidores dos MPs de todo o Brasil formam um Conselho Nacional, cuja vice-presidência passa a ser ocupada pelo ouvidor do MPPE, Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, a partir de 11 de março. A solenidade de posse acontecerá na sede do Ministério Público do Espírito Santo, em Vitória (Espírito Santo). O novo presidente será Olavo Mascarenhas, ouvidor do MP do Mato Grosso do Sul.



Foto: Cátia Fonseca

Frase:

“As armas aqui destruídas foram as mesmas que um dia destruíram famílias e que não voltarão mais para as mãos dos criminosos”

Carlos Guerra de Holanda (Procurador-geral de Justiça) ao comentar a destruição de armas apreendidas pela SDS

Parceria OAB-MPPE

Em visita de cortesia ao procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Pernambuco (OAB-PE), Ronnie Duarte, propôs uma parceria entre as duas instituições para desenvolvimento de campanhas conjuntas em defesa dos direitos da sociedade. Os entendimentos estão em andamento e prometem dar bons frutos.



Foto: Cátia Fonseca



Foto: Cátia Fonseca

Vice-presidente do Conselho

O corregedor-geral do MPPE, procurador de Justiça Renato Silva (foto), foi empossado no cargo de 2º vice-presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, para a gestão 2016. A solenidade de posse aconteceu no Salão dos Órgãos Colegiados da Procuradoria Geral de Justiça do Rio Grande do Sul. O novo presidente nacional é Ruben Abruzzi, corregedor-geral do MPRS e o 1º vice-presidente José Roque Nunes Marques, corregedor do Ministério Público Militar. O procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, prestigiou a posse.

■ Dissertação de mestrado



Foto: Cátia Fonseca

A dissertação de mestrado “Controle de políticas públicas educacionais pelo MP sob uma ótica hermenêutico-fenomenológica”, de autoria do promotor de Justiça Leonardo Brito Caribé, foi apresentada e aprovada na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Para elaborar sua tese, Caribé realizou um mapeamento de todos os procedimentos de educação dos municípios do Recife e de Moreno nos anos de 2012, 2013 e 2014, e fez uma análise da atuação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) em relação às demandas educacionais.

■ Olhar Paris



Foto: Cátia Fonseca

A escritora e promotora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco Andrea Nunes Padilha participa da Printemps Littéraire Brésilien 2016 (Primavera Literária Brasileira), entre os dias 21 de março e 2 de abril, em Paris e Berlim, fazendo parte da antologia Olhar Paris, que reúne declarações de amor à capital francesa, como resposta aos atentados terroristas, ocorridos em novembro do ano passado. Andrea Nunes é autora dos livros “A corte infiltrada” e “Código Numerati”, ambos bastante festejados nos meios literários.



Ouvidoria do MPPE **10 anos a serviço da cidadania**



Em 2016, a Ouvidoria do MPPE comemora 10 anos de implantação. Foi um período de muito trabalho ao lado do cidadão, ouvindo e dando encaminhamento a mais de 15 mil denúncias, críticas e sugestões recebidas.

A construção de um Estado com mais cidadania e justiça social é o que motiva a Ouvidoria do MPPE a continuar trabalhando como um canal aberto para o cidadão pernambucano.

10 anos
Ouvidoria do MPPE





Humanização do parto. Nasce o respeito.

Humanizar o parto é respeitar as escolhas da mulher e seu direito ao atendimento digno e sem violência.

Saiba mais em www.mppe.mp.br

*Se seus direitos não forem respeitados,
denuncie: Ministério Público de Pernambuco
0800 281 9455 / www.mppe.mp.br
Ouvidoria do MPPE: (81) 3303.1244
No interior, procure a Promotoria de
Justiça da sua cidade.*